

CONTABILISTA

BIBLIOGRAFIA

Revista Contabilista 270 – Outubro

Artigo publicado na Revista Contabilista de outubro de 2022, da autoria de Jorge Silva, Davide Ribeiro e Fábio Pinho

[Principais benefícios fiscais ao investimento em vigor em 2022 - Quadro-resumo das informações vinculativas relacionadas com benefícios fiscais](#)

Bibliografia referente ao artigo «O plano de negócios e a componente financeira», da autoria de Eduardo Sá e Silva

Obras:

Duarte, Carlos & Esperança, José (2012) Empreendedorismo e Planeamento Financeiro, Edições Sílabo

Monteiro, Fátima; Resende, Marbino & Silva, Eduardo (2017) Plano de Negócios – Abordagem Estratégica e Financeira, Vida Económica

Nabais, Carlos (2015) O Meu Guia Empresarial, Plátano Editora

Rua, Orlando & Pinto, Juliana (2014) Empreendedorismo e Plano de Negócio no Setor Agrícola, Vida Económica

Santos, Francisco (1993) Uma Empresa Nova. Pessoal. 59, Jan/Fev, 42 – 47.

Schumpeter, Joseph (1934) The Theory of Economic Development, Oxford University Press

Silva, Eduardo & Queirós, Mário (2013) Análise de Investimentos em Ativos Reais – Abordagem Convencional, Vida Económica

Silva, Eduardo & Monteiro, Fátima (2014) Empreendedorismo e Plano de Negócio, 2ª edição, Vida Económica

Vieito, João (2021) Análise de Projetos de Investimento, Escolar Editora

Sites consultados:

<http://www.iapmei.pt/resources/download/GuiaPraticodoCapitaldeRisco2604.pdf>

<http://www.anje.pt/portal/empreendedorismo-novos-guias-ensinam-a-criar-negocios>

<http://www.anje.pt/system/files/items/73/original/Empreendedorismo-v10-final.pdf>

Bibliografia referente ao artigo «Os planos poupança-reforma (PPR) e o IRS» da autoria de Elsa Marvanejo da Costa

Legislação/doutrina:

Código do IRS: artigo 5.º

Estatuto dos Benefícios Fiscais: artigo 21.º

Circular n.º 11/97, de 18 de junho

Circular n.º 17/2002, de 31 de maio

Despacho de 2008-03-13, Processo n.º 6091/2007

Despacho de 2018-04-24, Processo n.º 4242/2017

Despacho de 2018-07-26, Processo n.º 1425/2018

Artigo 362.º da Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2021)

Artigo 7º da Lei n.º 7/2020, de 10 de abril

Portaria n.º 1453/2002, de 11 de novembro

Decreto-Lei n.º 158/2002, de 2 de julho

Lei n.º 19/2022, de 21 de outubro